

Mestranda em Economia pela Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa.

Experiência Profissional: Diretora do Gabinete de Contratualização da Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE (ULSM), desde janeiro de 2009, tendo sido responsável pela coordenação da implementação da metodologia *Balanced Scorecard* na ULSM e pela coordenação do processo de contratualização interna e externa.

Desde julho de 2008, Assessora do Conselho de Administração, com responsabilidades na elaboração do regulamento interno e no apoio na reorganização estratégica e operacional de serviços internos.

Membro da Equipa de Gestão do Contrato da Parceria Público-Privada do Hospital de Braga, da Administração Regional de Saúde do Norte, desde novembro de 2011, com funções nas áreas de contratualização, financiamento, planeamento e controlo de gestão.

Formadora na área da «Contratualização e Negociação» em saúde, a clínicos das regiões Norte e de Lisboa e Vale do Tejo, desde maio de 2011.

Responsável pela gestão de projetos cofinanciados da ULSM, desde dezembro de 2004.

Docente da Cadeira de Projeto Multidisciplinar I na Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa, de fevereiro a julho de 2008.

Controller de Gestão na ULSM de abril de 2005 a dezembro de 2008, sendo membro da Unidade Hospitalar de Gestão de Inscrições em Cirurgia; Estagiária de Gestão na ULSM de abril de 2004 a novembro de 2004.

Outras Atividades: Uma das 5 finalistas da 1.ª Edição do *Prémio Primus Inter pares*, 2004; Prémios de Mérito pelos aproveitamentos anuais obtidos durante a licenciatura, destacando-se o Prémio de Mérito *Emílio Rui Vilar*, concedido ao aluno com melhor classificação no 4.º ano;

Palestrante no 4.º Congresso Nacional dos Médicos Auditores e Codificadores Clínicos, em 2012, organizado pela Associação dos Médicos Auditores e Codificadores Clínicos, com o tema «O impacto da codificação na avaliação do Contrato-Programa».

Colaboração na organização da Conferência «PPP: Uma reflexão em 3 Perspectivas», 2013.

Ana Paula Simão de Oliveira.

Licenciada em Medicina pelo Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar/Porto Portugal com 15 valores em 1987. Especialidade em Pneumologia efetuada no Serviço de Pneumologia dos Hospitais da Universidade de Coimbra, com classificação final de 18,7.

Assistente Graduada de Pneumologia (entre 1999 e 2012) exerceu funções no Serviço de Pneumologia da Unidade Local de Saúde de Matosinhos onde foi responsável pelo Setor de Função Respiratória e pela Rede de Espirometria da Unidade Local de Saúde de Matosinhos.

Diretora Clínica da Unidade Local de Saúde de Matosinhos desde maio de 2012.

Em 2012 frequentou do curso «Programa de Desenvolvimento em Gestão e Liderança» da UCP (Católica Executive Education).

Coordenadora da Região Norte entre 2002/2009 e Coordenadora Nacional desde 2010 do Projeto GOLD (Global Initiative for Lung Obstructive Disease) em Portugal.

Coordenadora da Comissão de trabalho de Reabilitação Respiratória da Sociedade Portuguesa de Pneumologia (SPP) entre 2007/2009 e secretária da mesma entre 2010/2013.

Representante da SPP entre 2005/2010 no Plano Nacional de Prevenção e Controlo da DPOC na Direção-Geral de Saúde.

Em 2010 nomeada pelo Ministério da Saúde para o núcleo executivo da Comissão Nacional para os Cuidados Respiratórios Domiciliários (CNCRD), tendo sido coautora do relatório publicado em 2011 «Cuidados Respiratórios Domiciliários em Portugal».

Em 2012 nomeada pela Direção-Geral de Saúde como Coordenadora Nacional da estratégia para a DPOC do Plano Nacional das Doenças Respiratórias.

Coautora das Normas de Orientação Clínica da DGS sobre DPOC e CRD.

Júri do Concurso para aquisição de Cuidados Respiratórios Domiciliários CPA 2013/100 da SPMS.

Docência na Licenciatura em Medicina no Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar Porto (1988/1989) e na Escola Superior de Tecnologias da Saúde do Porto (1999 e 2010).

Investigadora principal e coinvestigadora de vários ensaios clínicos internacionais multicêntricos, com múltiplas apresentações e publicações em congressos e revistas nacionais e estrangeiras.

Maria Margarida Leitão Filipe, nascida a 01/11/61 no Sabugal. Formação Académica

Doutoranda no 5.º ano do doutoramento em Enfermagem da Universidade Católica, opção gestão;

Conclui com sucesso o Programa de Desenvolvimento de Liderança e Gestão para Enfermeiros em 2010, promovido pela Ordem dos Enfermeiros e o Conselho Internacional de Enfermeiros;

MBA em Gestão dos Serviços de Saúde na Universidade Lusíada do Porto, concluído em 2004;

Mestrado em Ciências de Enfermagem na Universidade do Porto, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, sob a orientação do Prof. Dr. Nuno Grande, concluído em 10 de março de 1997.

Formação Profissional

Curso de Especialização em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica, concluído em dezembro de 1990;

Curso de Enfermagem Geral, concluído em dezembro de 1984.

Percurso Profissional

Junho 2008 — Enfermeira Diretora da ULS de Matosinhos; 2004-2007 — Presidente do Conselho Diretivo da Secção Regional do Norte da Ordem dos Enfermeiros;

Setembro de 2001 a abril de 2002, assessora no Gabinete do Ministro da Saúde para a Área da Enfermagem;

Junho de 1996 a março 2001 — Vogal CA da ARS/Norte; Início funções 07/01/85 no Centro de Saúde do Sabugal, tendo mais tarde trabalhado como enfermeira especialista em Saúde materna e obstétrica no Hospital Sousa Martins, no Hospital de S. João e no Hospital de Matosinhos.

207550823

Gabinete do Secretário de Estado da Cultura

Despacho n.º 1165/2014

Considerando que a Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, com as alterações e na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, estabelece no n.º 4 do artigo 19.º que os membros do Conselho Diretivo são designados por despacho do membro do Governo com tutela, na sequência de procedimento concursal, ao qual se aplicam as regras de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior da Administração Pública;

Considerando que o Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Pública, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, regula, nos artigos 18.º, 19.º e 19.º-A, a forma de recrutamento, de seleção e de provimento dos cargos de direção superior da Administração Pública, ali se estabelecendo que o recrutamento se efetua por procedimento concursal, a desenvolver pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública; e

Considerando os resultados obtidos em sede do procedimento concursal, desenvolvido naqueles termos, para o cargo de Presidente do Conselho Diretivo do Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P., e a fundamentação constante da proposta de designação elaborada pelo respetivo júri, nos termos do n.º 6 do artigo 19.º do referido Estatuto:

1 - Designo, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 19.º Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, com as alterações e na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, e na sequência de procedimento concursal, Maria Filomena Allen Serras Pereira Furtado, em comissão de serviço e pelo período de cinco anos, exercer o cargo de Presidente do Conselho Diretivo do Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P., a que se referem os artigos 4.º, alínea a), e 5.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 79/2012, de 27 de março.

2 - Para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, com as alterações e na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 15 de janeiro de 2014.

15 de janeiro de 2014. — O Secretário de Estado da Cultura, *Jorge Barreto Xavier*.

Nota curricular

Dados pessoais: Maria Filomena Allen Serras Pereira Furtado
Data de nascimento: 13 de junho de 1956
Habilitações académicas: Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa - 1978

Lugar de origem: Técnica superior do mapa de pessoal do ICA, IP
Formação profissional:

- «SIADAP 1,2 e 3 - Alteração ao Quadro Jurídico e as suas Implicações Práticas», realizado a 28 de maio de 2013, com a duração de 4h;

- “Workshop – A Lei dos compromissos e dos Pagamentos em Atraso”, realizado a 22 de maio de 2013, com a duração de 7h;
- “Workshop – Sensibilização para a ISSO 9001:2008”, realizado em 24 de outubro de 2012, com a duração de 4h;
- “Auditoria e Acompanhamento à Execução Financeira de Projetos Financiados pelo ICA, IP”, novembro de 2011;
- “FORGEP – Programa de Formação em Gestão Pública”, entre fevereiro e maio de 2010, com a classificação final de 16,4 valores na escala de 0 a 20;
- “O SIADAP como Instrumento de Estratégico: Questões sobre a sua Implementação”, fevereiro de 2010;
- “Novo Regime de Vínculos, Carreiras e Remunerações”, abril de dezembro de 2008
- “Qualidade e Desempenho”, outubro e fevereiro de 2008;

Atividade profissional:

Atualmente, exerce funções de assessora do Conselho Diretivo do ICA, tendo pedido a cessação, em setembro de 2013, da comissão de serviço, do cargo de direção intermédia de 1º grau, de diretora do Departamento do Cinema e do Audiovisual do ICA.

Nomeação, em regime de comissão de serviço, por três anos, após procedimento concursal, para o cargo de direção intermédia de 1º grau, de diretora do Departamento do Cinema e do Audiovisual do ICA, em junho de 2013.

Nomeação, em regime de substituição, para o cargo de direção intermédia de 1º grau de diretora do Departamento do Cinema e do Audiovisual do ICA, em junho de 2012.

Renovação, em novembro de 2011, da comissão de serviço de Chefe de Divisão de Programas e Projetos do ICA - Instituto do Cinema e do Audiovisual, em julho de 2008.

Nomeação, em regime de comissão de serviço, por três anos para o cargo de direção intermédia de 2º grau Chefe de Divisão de Programas e Projetos do ICA, em abril de 2007.

Nomeação, em comissão de serviço por três anos diretora do Departamento de Fomento da Indústria de Conteúdos Culturais do ICAM - Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia, em dezembro de 2004.

Renovação, em março de 2003, da comissão de serviço como diretora do DAF - Departamento Administrativo e Financeiro do ICAM.

Nomeação, em comissão de serviço por três anos, como diretora do DAF do ICAM, em maio de 2000.

Nomeação, em comissão de serviço por um ano, como diretora do DAF do ICAM, em agosto de 1999.

Nomeação, em regime de substituição, como diretora do DAF - Departamento Administrativo e Financeiro do ICAM, em junho de 1999.

Nomeação, em comissão de serviço, como diretora de serviços de Administração da Direção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar, em abril de 1997.

Nomeação, em comissão de serviço, como diretora de serviços de Gestão e Administração do Instituto de Proteção da Produção Agroalimentar, em abril de 1993.

Nomeação, em regime de substituição, como diretora de serviços de Administração, na Direção-Geral da Pecuária, em junho de 1991.

Nomeação, em comissão de serviço, como chefe de divisão de Estudos e Programação na Direção-Geral da Pecuária, em agosto de 1985.

Ingresso na carreira técnica superior, no Ministério da Agricultura e Pescas, em julho de 1978.

Ingresso no Ministério, em abril de 1977.

207555854

Despacho n.º 1166/2014

Considerando que a Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, com as alterações e na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, estabelece no n.º 4 do artigo 19.º que os membros do Conselho Diretivo são designados por despacho do membro do Governo com tutela, na sequência de procedimento concursal, ao qual se aplicam as regras de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior da Administração Pública;

Considerando que o Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Pública, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, regula, nos artigos 18.º, 19.º e 19.º-A, a forma de recrutamento, de seleção e de provimento dos cargos de direção superior da Administração Pública, ali se estabelecendo que o recrutamento se efetua por procedimento concursal, a desenvolver pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública; e

Considerando os resultados obtidos em sede do procedimento concursal, desenvolvido naqueles termos, para o cargo de Vice-Presidente do Conselho Diretivo do Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P., e a fundamentação constante da proposta de designação elaborada pelo respetivo júri, nos termos do n.º 6 do artigo 19.º do referido Estatuto:

1 - Designo, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 19.º Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, com as alterações e na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, e na sequência de procedimento concursal, Ana Cristina Assis dos Santos da Costa Dias Marques Passos, em comissão de serviço e pelo período de cinco anos, exercer o cargo de Vice-Presidente do Conselho Diretivo do Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P., a que se referem os artigos 4.º, alínea a), e 5.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 79/2012, de 27 de março.

2 - Para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, com as alterações e na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 15 de janeiro de 2014.

15 de janeiro de 2014. — O Secretário de Estado da Cultura, *Jorge Barreto Xavier*:

Nota Curricular

Dados Pessoais: Ana Cristina Assis dos Santos da Costa Dias Marques Passos

Data de nascimento: 13 de maio de 1960

Licenciou-se em Direito, em 1985, na Universidade Católica de Lisboa, tendo finalizado o estágio de Advocacia em 1987;

Em 1989 realiza o Curso de Gestão para PME ministrado pela CEGOR; Obtém, em 1993, a Pós Graduação em Direito da Comunicação no Instituto Jurídico da Comunicação Social da Universidade de Coimbra e, em 1994, em Propriedade Industrial e Direitos de Autor na Universidade Lusíada;

Em 2006 realiza o Curso de Notariado na Universidade Lusófona de Lisboa.

Atividade Profissional:

No âmbito do XIX Governo Constitucional é designada, em julho de 2011, Adjunta do gabinete da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, funções que desempenhou até dezembro de 2012, altura em que foi designada Técnica Especialista no Gabinete do Ministro da Economia e do Emprego. Em julho de 2013 é designada Adjunta e Chefe de Gabinete em substituição no gabinete do Ministro da Economia.

Entre 2010 e 2011 exerce funções como Consultora Jurídica na ADENE – Agência para a Energia e exerce Advocacia em regime liberal.

De 2003 a 2010 desempenhou funções como Adjunta de vários membros do Governo no âmbito dos XV, XVI XVII e XVIII governos constitucionais (Secretário de Estado da Saúde - XV Governo Constitucional, Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Turismo - XVI Governo Constitucional; Ministro da Economia e da Inovação - XVII Governo Constitucional; Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento - XVIII Governo Constitucional.)

Foi Diretora do Gabinete Jurídico da Radiotelevisão Portuguesa, SA, entre 2000 e 2003, funções que acumula no decurso de 2002 com as de Diretora de Recursos Humanos.

Foi Vogal do Conselho de Gerência da TV Guia Editora, Lda., no período de 2000 a 2002.

De 1991 a 2003 é Advogada do quadro da Radiotelevisão Portuguesa, S.A. (RTP).

De 1989 a 1991 foi Diretora Geral da Optivisão, Ótica, Serviços e Investimento, SA..

Foi Secretária Geral e Consultora Jurídica da União Profissional dos Óticos e Optometristas Portugueses entre 1987 e 1998.

Exerceu Advocacia em regime de profissão liberal de 1987 a 2005 e de 2010 a 2011 em diferentes escritórios de Advogados, designadamente na Sociedade de Advogados, Saias e Costa Dias (1998-2005) da qual foi sócia.

Participou, como Coautora na Coletânea de textos “Num Novo Mundo do Direito de Autor”, Lisboa, Edições Cosmos 1994 e participou como oradora em diversos seminários e conferências desenvolvendo temas nas áreas dos direitos de autor e direitos conexos; direito da publicidade; financiamento do serviço público de televisão; direito das telecomunicações entre outros.

207555902

Gabinete do Secretário de Estado do Desporto e Juventude

Aviso n.º 1016/2014

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de dezembro, torna-se público que o requerimento para atribuição do estatuto de utilidade pública desportiva,